

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense Class.: Direitos Humanos

Data: 08/10/92 Pg.: 16 DINR 201

Funai reconhece que País viola direito dos índios

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sidney Possuelo, afirmou ontem concordar com o informe divulgado pela Anistia Internacional, que acusa o Brasil e outros países latino-americanos de violação dos direitos humanos contra os povos indígenas.

"A Anistia Internacional está correta", disse, lembrando que a violência tem sido uma constante na história dos povos indígenas. Segundo Possuelo, a Funai tem buscado desenvolver um trabalho para conter a violência e busca apontar os responsáveis para que sejam punidos. "No entanto, atravessamos uma situação difícil, em que a violência é difícil de ser contida", disse.

De acordo com o documento da Anistia Internacional, a violência generalizada contra os povos indígenas não é exclusiva do Brasil. Chile, Honduras, México, Venezuela, Guatemala, Peru e muitos outros países são citados no documento, por violarem os direitos humanos dos povos que

já habitavam o Continente antes de ser descoberto por Colombo.

O presidente da Funai lembrou que em sua gestão foi criada a Coordenadoria Geral dos Direitos Indígenas que tem tomado todas as providências legais e cabíveis, atuando ao lado do Ministério Público e de organizações de defesa dos direitos dos índios. "Apesar das dificuldades, temos feito tudo o que é possível", garantiu.

Dificuldades — A Funai não será afetada pelas mudanças que o ministro da Justiça, Maurício Corrêa (PDT-DF), promoverá na direção dos órgãos vinculados à sua pasta. Ontem, o presidente da Funai, Sidney Possuelo, encontrou-se com o ministro para informá-lo sobre a situação dos indígenas no Brasil e falar das dificuldades que o órgão enfrenta. Ao final da audiência, Corrêa pediu a Possuelo que continue fazendo seu trabalho, sinal de que não deverá substituí-lo.

O ministro da Justiça já havia dito ter boas referências de Possuelo, mas falou que pretendia

examinar a questão da Funai com todo o cuidado, por considerar a situação do índio um problema muito delicado. Assessores de Maurício Corrêa informaram ontem que a permanência de Possuelo na Funai não é uma questão fechada, mas os indícios são de que ele permaneça no cargo.

Na reunião com Possuelo, o ministro da Justiça se mostrou preocupado com a demarcação das terras indígenas, porque o prazo determinado pela Constituição acaba em 1993. Maurício Corrêa expôs ao presidente da Funai sua preocupação com a situação dos Ianomamis cujas terras, embora demarcadas, têm sido invadidas por garimpeiros.

Possuelo mostrou ao ministro haver uma relação direta entre a situação econômica vivida pelo Brasil, a inexistência de reforma agrária efetiva e as ameaças de invasões. Segundo o presidente da Funai, sem-terra e garimpeiros se vêem obrigados a buscar espaço e acabam invadindo territórios indígenas.

Opressão dura cinco séculos

A Anistia Internacional (AI) exortou os governos da América a "pôr fim de uma vez por todas a séculos de opressão dos povos indígenas". "A crueldade do passado continuará se perpetuando, se não nos unirmos à luta das comunidades aborígenas para terminar com as perseguições", declarou John Healy, diretor da AI nos Estados Unidos.

A uma semana da comemoração do 500º aniversário da primeira travessia atlântica de Cristóvão Colombo, a Anistia Internacional apresentou na América e Europa um estudo que documenta detalhadamente — desde o Ártico até a terra do Fogo — as manifestações contemporâneas do legado de "violência e desprezo" da conquista e colonização européias.

Intitulado "Os indígenas da América continuam sofrendo", o estudo é — segundo Healy — uma "expressão de esperança e de solidariedade" com os povos originários, que vivem "num mundo de execuções sumárias,

tortura, desaparecimentos, injustiças e discriminação".

"Nós, que não somos historiadores, mas sim ativistas, achamos que chegou a hora de modificar as relações de poder entre os Estados e os aborígenes", declarou Healey numa entrevista oferecida juntamente com dois dirigentes indígenas do continente.

Marcos Anibal Avirama, diretor da Fundação Pro-Índigena da Colômbia, e o cacique onondaga Oren Lyons, dos Estados Unidos, rejeitaram a noção de "descobrimento" e coincidiram em associar a chegada dos europeus ao "Novo Mundo" ao início de "cinco séculos de genocídio, devastação e opressão".

"Quando Colombo chegou à América, esta tinha milhões e milhões de indígenas organizados em confederações, com seus governos, suas próprias religiões e sistemas de educação", disse o dirigente indígena colombiano.

Avirama informou que, "a partir de hoje, as comunidades indígenas e os negros da Colômbia começarão a lembrar o dia 12 de outubro de 1492, mobilizando-se para tomar as estradas e as instituições governamentais".

"De lá vamos apresentar um

documento de negociação, no qual vamos dizer que temos 12 programas próprios de desenvolvimento econômico, social e cultural, que queremos que sejam apoiados pelo estado", declarou Avirama.

O chefe onondaga, autor de um livro no qual se descreve a situação dos aborígenes dos Estados Unidos como a de "exilados em sua própria terra", acrescentou que a luta pela terra, pelos recursos naturais e pelos direitos humanos, torna os povos indígenas a "consciência do mundo"...

"É importante que a Anistia Internacional defenda os povos que defendem suas terras", afirmou o chefe onondaga. Para Avirama, os custos dessa defesa são medidos em sangue. Na Colômbia, "já recuperamos 500 mil hectares das terras que nos foram retirados mediante o Estado, a violência e o engano", declarou. "Mas isso significou para nós a perda de um grande número de dirigentes e membros da comunidade indígena em geral, assassinados pelo Exército, pela polícia, pelos serviços de inteligência e pelos latifundiários", acrescentou Avirama.